



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001964-91.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Cleonice Ferro Fargoni**
 Requerido: **CASAS BAHIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

A ré é revel

Citada pessoalmente (fl. 15), ela não contestou a ação e tampouco apresentou algum tipo de justificativa para sua inércia (fl. 17), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Por outro lado, os documentos que instruíram o relato inicial respaldam as alegações da autora, não tendo a ré já perante o PROCON local demonstrado qualquer interesse em resolver a pendência posta (fls. 03/06).

Assim, prospera integralmente a pretensão deduzida.

A reparação aos danos materiais encontra guarida no art. 18, § 1º, inc. II, do Código de Defesa do Consumidor, decorrido o trintídio sem que o produto em pauta tivesse sido consertado.

Já os danos morais passíveis de ressarcimento decorrem do aborrecimento de vulto imposto à autora pela total desídia da ré em solucionar o seu problema, inclusive ao longo do presente feito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O montante postulado é razoável e encontra-se de acordo com os critérios seguidos em situações semelhantes, além de não ter sido objeto de impugnação alguma.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 6.500,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**